

HABEAS CORPUS Nº 480.759 - RS (2018/0313507-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DOUGLAS ABRAO PINTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DOUGLAS ABRAO PINTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravos em Execução n. 0204345-88.2018.8.21.7000).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções detraiu, para fins de término da pena do paciente, diversos períodos anteriores em que ele permaneceu custodiado cautelarmente, ressaltando que a concessão não deveria ter reflexo nos benefícios prisionais (fls. 32/34).

Interposto agravo, pela defesa, o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso, em julgamento assim resumido:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. PRISÃO PROVISÓRIA ANTERIOR AO COMETIMENTO DO DELITO. DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Não há como reconhecer o direito à detração por período em que o apenado esteve preso antes do cometimento do delito, pelo qual cumpre pena. Agravo improvido. Unânime (fl. 60).

No presente *writ*, o impetrante pugna pelo reconhecimento da detração, sem restrições.

Indeferido o pedido liminar e prestadas as informações pela autoridade coatora, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, nos termos da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO PENAL POR PROCESSOS DIVERSOS. PRISÃO PREVENTIVA POR DELITOS ANTERIORES À PRÁTICA DOS CRIMES OBJETO DA ATUAL EXECUÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS (fl. 109).

É o relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal – STF, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

No que interessa, o voto condutor no acórdão recorrido negou provimento ao inconformismo da defesa, ressaltando:

A inconformidade não merece acolhida.

Primeiro, porque não há como reconhecer o direito à detração por período em que o apenado esteve preso antes do cometimento do delito, pelo qual cumpre pena.

Entendimento diverso significaria que o réu, antes mesmo de cometer novo delito, já teria um 'crédito' contra o Estado, a ser usado para a impunidade de posteriores infrações. Ou seja, se preso provisoriamente pelo período de seis meses e, posteriormente, viesse a ser absolvido, já teria seis meses a menos de pena a cumprir, caso cometesse nova infração e viesse a ser condenado.

[...]

No caso, foi deferida a detração de períodos de prisões cautelares anteriores ao delito. Mas não houve recurso ministerial.

Nessas condições, como bem referido pela eminente Procuradora de Justiça: ao contrário do que pretende fazer crer a Defesa, o apenado já foi demasiadamente beneficiado (de forma indevida) com o deferimento de detração de período que não lhe era cabível, não havendo a possibilidade de ser ainda acolhida a sua pretensão de que a detração seja computada na guia de execução penal não somente para fins de término de pena, mas também para redução dos cálculos dos benefícios a que fará jus o apenado durante a execução de sua pena (fl. 29v).

Assim, nego provimento ao agravo (fls. 61/63).

Como visto, o Tribunal *a quo* entendeu que não é possível considerar, para efeito de detração, período de prisão provisória anterior aos crimes que ensejaram a condenação pela qual o paciente atualmente cumpre pena. Assim como não é possível que se realize a detração em processo diverso quanto ao fato que ensejou a prisão preventiva.

Adotar posicionamento diverso implicaria na possibilidade de se criar um crédito de pena ao preso provisório, eximindo o agente de sanção por eventuais novos delitos.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes julgados de ambas as Turmas que examinam matéria penal nesta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DOS DIAS TRABALHADOS EM EXECUÇÃO EXTINTA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO IMPROVIDO.

[...]

4. *In casu*, constata-se que a decisão proferida pelo Tribunal Paulista está em consonância com o entendimento consolidado na jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de ser possível aplicar-se a detração penal dos dias trabalhados no cômputo da pena de processo diverso daquele no qual efetivou-se a atividade laboral, exigindo-se, para tanto, que o crime ao qual se deseja a detração seja anterior à execução na qual implementou-se os dias remidos, hipótese inócurre nos autos.

5. *Agravo improvido* (AgRg no HC 326.443/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 11/05/2017).

PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. REMIÇÃO PELO TRABALHO. DESCONTO DOS DIAS TRABALHADOS EM OUTRA EXECUÇÃO. PERÍODO TRABALHADO ANTERIOR AO COMETIMENTO DO CRIME. INVIABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE CRÉDITO CONTRA A JUSTIÇA CRIMINAL. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO SOBRE A DETRAÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - *"In casu*, constata-se que a decisão proferida pelo Tribunal Paulista está em consonância com o entendimento consolidado na jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de ser possível aplicar-se a detração penal dos dias trabalhados no cômputo da pena de processo diverso daquele no qual efetivou-se a atividade laboral,

exigindo-se, para tanto, que o crime ao qual se deseja a detração seja anterior à execução na qual implementou-se os dias remidos, hipótese inócurre nos autos" (AgRg no HC n. 326.443/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 11/5/2017).

III - No presente caso, verifica-se que o período trabalhado pelo paciente, e sobre o qual se pretende a remição da pena (28/6/2012 a 8/5/2013), é anterior à data do cometimento do crime de tráfico (9/7/2013), cuja pena está sendo executada, razão pela qual não é possível a remição pretendida, tal qual ocorre com a detração, sob pena de criação de um crédito em favor do paciente contra a Justiça Criminal.

Habeas Corpus não conhecido (HC 377.703/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/08/2017).

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO. PACIENTE ABSOLVIDO EM OUTRO PROCESSO. DESCONTO DO PERÍODO EM QUE PERMANECEU PRESO ANTES DA PRÁTICA DO NOVO DELITO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- A decisão do Juiz das Execuções, mantida pelo Tribunal a quo, indeferiu de forma fundamentada o pedido de detração da pena, por entender que não é possível considerar para efeito de detração período de prisão anterior ao crime em que ensejou a condenação.

- Entendimento diverso implicaria possibilidade de se criar um crédito de pena, eximindo o agente de sanção por futuras violações da lei penal, o que é inadmissível em nosso ordenamento jurídico.

Habeas corpus não conhecido (HC 328.354/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 22/10/2015).

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO JULGADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. PRISÃO PROCESSUAL QUE PERDUROU NOS PERÍODOS DE 25.04.2006 a 27.04.2006, de 20.05.2007 a 25.08.2007 e 11.02.2008 a 22.02.2008. EXECUÇÃO RELATIVA A CRIME PERPETRADO EM 13.11.2010. INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA "CONTA-CORRENTE". FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Na hipótese em apreço, inexistente flagrante ilegalidade, pois é admitida a detração em relação a fato diverso daquele que deu azo à prisão processual; contudo, somente em relação a delitos anteriores à segregação provisória, sob risco de se criar uma espécie de crédito contra a Justiça Criminal. Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido (HC 276.290/RS, Rel.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA,
DJe 13/12/2013).

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

